



**Épopeia historiográfica na Amazônia:  
entre acervos e documentos da Educação Profissional rondoniense**

Historiographic epic in the Amazon:  
between collections and documents of professional education rondoniense

Época historiográfica en la Amazonia:  
entre colecciones y documentos de la educación profesional en rondoniense

Robson Fonseca Simões

Universidade Federal de Rondônia (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0003-0046-9549>

<http://lattes.cnpq.br/2338626886744353>

[fonsim2000@hotmail.com](mailto:fonsim2000@hotmail.com)

Isac Rocha da Silva

Instituto Federal de Rondônia (Brasil)

<https://orcid.org/0000-0001-5324-4066>

<http://lattes.cnpq.br/3557760886193251>

[isac.silva@ifro.edu.br](mailto:isac.silva@ifro.edu.br)

## Resumo

O presente artigo, um diálogo com uma pesquisa de doutoramento da Universidade Federal de Rondônia (Unir) ancorado na abordagem qualitativa, procura analisar o *Dossiê Escolar* do Instituto Federal de Rondônia, *Campus Ariquemes*, na tentativa de ver com outros olhos os arquivos desta instituição de ensino da Região Norte. O que estes registros destacam sobre a organização curricular do curso técnico de nível médio em Agropecuária? Conhecer a documentação dessa escola pode ser um caminho para tentar revisitar o currículo da Educação Profissional rondoniense. Bloch (2001) e Burke (2005) afirmam que os documentos apresentam outras versões sobre o passado; assim, este trabalho procura contribuir para a discussão sobre as memórias escolares rondonienses e ampliar os estudos sobre a História da Educação Profissional na Amazônia Ocidental.

**Palavras-chave:** Dossiê Escolar. Rondônia. História da Educação.

## Abstract

This article, a dialogue with a doctoral research at the Federal University of Rondônia, anchored in a qualitative approach, seeks to analyze the School Dossier of the Federal Institute of Rondônia, Ariquemes campus, in an attempt to see the archives of this institution with different eyes. education in the northern region. What do these records highlight about the curricular organization of the Technical-Medium Course in Agriculture? Knowing the documentation of this school can be a way to try to revisit the curriculum of Professional Education in Rondônia. Bloch (2001) and Burke (2005) claim that documents present other versions of the past; thus, this work seeks to contribute to the discussion about school memories in Rondônia, seeking to expand studies on the History of Professional Education in the Amazon.

**Keywords:** School Dossier. Rondônia. History of Education.

## Resumen

Este artículo, en diálogo con una investigación de doctorado en la Universidad Federal de Rondônia, anclado en un abordaje cualitativo, busca analizar el Dossier Escolar del Instituto Federal de Rondônia, campus Ariquemes, en un intento de ver los archivos de esta institución con diferentes ojos educación en la región norte. ¿Qué destacan estos registros sobre la organización curricular del Curso Técnico-Medio en Agricultura? Conocer la documentación de esta escuela puede ser una forma de intentar visitar el currículo de la Educación Profesional en Rondônia. Bloch (2001) y Burke (2005) dicen que los documentos presentan otras versiones del pasado; así, este trabajo busca contribuir a la discusión sobre las memorias escolares rondonianas, buscando ampliar los estudios sobre la Historia de la Educación Profesional en la Amazonía Occidental.

**Palabras clave:** Dossier Escolar. Rondônia. Historia de la Educación.

Recebido: 25/06/2023

Aprovado: 19/11/2023

## 1. Pluralidade de memórias, diversificação de fontes: ponto de partida

escreverei “Um Paraíso Perdido”, por exemplo, ou qualquer outro em cuja amplitude eu não fosse capaz de uma definição positiva dos aspectos de uma terra que, para ser bem compreendida, requer o trato permanente de uma vida inteira (CUNHA, 2000, p. 79)<sup>1</sup>.

A epígrafe deste artigo, com a voz de Euclides da Cunha, pode inspirar pesquisadores(as) a verem com outros olhos os territórios do norte brasileiro. Num fôlego de surpresa, a escrita epistolar entre o autor de *Os sertões* e Artur Lemos<sup>2</sup> procura apresentar possíveis sentidos de valores para esta terra brasileira, que precisa ser anunciada e requer a atenção das entidades, das instituições e dos sujeitos.

A História da Educação Profissional rondoniense também clama pela atenção dos(as) educadores(as) da Amazônia Ocidental, mais especificamente no que compete à constituição do currículo do curso técnico de nível médio em Agropecuária do Instituto Federal de Rondônia (Ifro), *Campus Ariquemes*, a fim de instigar estes(as) pesquisadores(as) a se debruçarem sobre as fontes de acervos que (re)visitam as memórias e as histórias da Educação Profissional no Estado de Rondônia.

O presente artigo, em diálogo com uma tese de doutoramento vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação Escolar da Universidade Federal de Rondônia (Unir), ancora-se numa abordagem qualitativa e tem por objetivo desvelar e analisar o acervo institucional do Ifro Ariquemes, intitulado *Dossiê Escolar*, mais especificamente no âmbito do curso técnico de nível médio em Agropecuária.

Em meio ao desafio de (re)visitar o passado, especialmente os registros sobre a organização curricular do referido curso técnico, numa tentativa de ampliar as suas compreensões de mundo, o(a) pesquisador(a) se depara com arquivos das mais variadas materialidades, o que pode instigá-lo(a) a refletir sobre a noção de acervo, cuja mudança mais expressiva, talvez, esteja num novo estatuto epistemológico do documento.

As reflexões de Farge (2009) sugerem que os arquivos agem como um desnudamento; encolhidos em algumas linhas, revelam não apenas o inacessível, mas também o que está vivo. São fragmentos de verdade que, até então retidos, saltam à vista, ofuscantes de nitidez e de credibilidade; sem dúvida, a descoberta do arquivo é um maná que justifica plenamente o seu nome: fonte.

Desde o século XIX, o conceito e a abrangência do termo documento histórico foram sendo ampliados. A Escola de Annales, no século XX, colaborou ainda mais para a ampliação da noção de fonte. Bloch (2001) afirma que, ao mesmo tempo em que se amplia o campo do historiador, amplia-se também a tipologia da fonte. Nessa perspectiva, esta investigação procura (re)visitar o passado a partir do acervo documental institucional. Bogdan e Biklen (1994) afirmam que uma das características mais marcantes da pesquisa qualitativa é o desafio de trabalhar com a subjetividade, num esforço de interpretar dados discursivos.

No que diz respeito à operação historiográfica, esta investigação procura se apoiar nos estudos sobre a Nova História Cultural, abordagem que não apenas compreende a escrita da história a partir das questões políticas e/ou dos grandes feitos de nações e líderes em temporalidades distantes, mas também incorpora outras temáticas sociais. Assim, é possível

---

<sup>1</sup> Trata-se de um trecho de uma carta de Euclides da Cunha encaminhada a Artur Lemos, na qual narra as suas primeiras impressões sobre a Região Amazônica.

<sup>2</sup> Artur de Sousa Lemos foi político, professor, advogado, jornalista e senador pelo Pará. Durante a Primeira República, fez parte das redes de sociabilidade de Euclides da Cunha. Disponível em: <https://bit.ly/3Kzt6S2>. Acesso em: 21 out. 2021.

concluir que a história dos sujeitos comuns e do cotidiano de comunidades e instituições, nas mais variadas ocasiões, passa também a ser considerada (BURKE, 2005). Nessa acepção, ampliam-se as possibilidades de fontes à disposição de educadores(as)/pesquisadores(as) interessados(as) nos estudos sobre a História da Educação Profissional em Rondônia.

## 2. Na mira da investigação: da Emarc ao Ifro, *Campus Ariquemes*

Numa primeira tentativa de ampliar as pesquisas acerca da História da Educação Profissional no norte brasileiro, mais especificamente do processo de surgimento e consolidação do Ifro Ariquemes, busca-se entender a constituição curricular do curso técnico de nível médio em Agropecuária no âmbito da Amazônia Ocidental, o que permite um entendimento maior sobre essa instituição federal de ensino da Região Norte.

O Ifro Ariquemes é um dos dez *campi* que compõem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia; trata-se de uma instituição federal de ensino criada pelo Decreto-Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 (BRASIL, 2008), que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do país, composta por 38 Escolas Técnicas ou Agrotécnicas e Centros Federais de Educação Tecnológica (Cefet), que a partir de então passaram a denominar-se Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, distribuídos em todo o território nacional.

O projeto de associação entre cursos técnicos integrados ao Ensino Médio vigorou em diferentes momentos do passado educacional brasileiro, destacando-se nas décadas de 1940, 1960 e 1970 (PACHECO; PEREIRA; DOMINGUES SOBRINHO, 2009). Quando da criação dos primeiros Institutos, em 2008, muitas dessas Escolas Técnicas pertenciam aos quadros dos Cefets.

Criado em 2008, o Ifro se encontra em expansão, com o objetivo de atender às demandas formativas da comunidade rondoniense. A instituição conta com cursos de variadas áreas em seu catálogo, em diversos níveis e modalidades, a exemplo dos cursos de Educação Profissional Técnica de nível médio; dos tecnólogos; dos cursos de graduação (bacharelados e licenciaturas) e pós-graduação; além de cursos de formação inicial e continuada, no formato presencial e a distância.

Como pode ser examinado na Figura 1, o Ifro Ariquemes é um *campus* rural. Dispõe de uma área de 300 hectares, sediada na RO-257, Km 13, sentido Machadinho do Oeste, município de Ariquemes, Rondônia. Está localizado a 200 km da capital, Porto Velho, na região do Estado conhecida como Vale do Jamari.

**Figura 1** – Imagem aérea da sede do Ifro Ariquemes



**Fonte:** Acervo institucional do Ifro Ariquemes.

A Figura 1 mostra a sede do estabelecimento de ensino, com destaque para sua estrutura física. É possível visualizar alguns espaços na foto aérea. Do primeiro plano até o fundo, aparecem o Museu Mineralógico, o prédio administrativo, os blocos de sala de aula, o refeitório, a quadra poliesportiva, o alojamento e o laboratório de agroindústria. Percebe-se na imagem pastagens e também uma área de mata preservada.

O Ifro Ariquemes, considerando o potencial da região para o desenvolvimento da agropecuária, prioriza a oferta de cursos voltados para o agronegócio. Atualmente, o *campus* oferece dois cursos técnicos integrados ao Ensino Médio: Agropecuária e Alimentos, além de curso técnico subsequente ao Ensino Médio em Aquicultura e bacharelado em Agronomia. Conta ainda com licenciatura em Ciências Biológicas, especialização em Ciência e Meio Ambiente, curso técnico em Suporte e Manutenção em Informática e tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas.

No esforço de conhecer um pouco da trajetória desse educandário em Ariquemes, os caminhos percorridos pela pesquisa identificam que a origem dessa instituição remonta à década de 1980, com a implantação da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes (Emarc).

Os estudos de Ramos (2014) concluem que a criação das Escolas de Aprendizizes Artífices e do ensino agrícola evidenciou um grande passo no redirecionamento da Educação Profissional no país, pois ampliou o horizonte de atuação para atender necessidades emergentes dos empreendimentos nos campos da agricultura e da indústria.

Na maratona pelas pistas dos arquivos, deparamo-nos com fontes que contribuem para a compreensão da história e memória do Ifro e, conseqüentemente, da Educação Profissional ariquemense. Qual o contexto do surgimento desta instituição? Quais os documentos oficiais que fundamentaram sua criação? O que os acervos registram sobre o funcionamento e a organização curricular do curso técnico de Agropecuária integrado ao Ensino Médio?

### 3. Na trilha da História da Educação em Rondônia: a Educação Profissional

Ramos (2014) destaca que, até o século XIX, não há registros de iniciativas sistemáticas que hoje pudessem ser caracterizadas como pertencentes ao campo da Educação Profissional. O que existia até então era a educação propedêutica, voltada à formação de futuros dirigentes.

A autora ainda anuncia que os primeiros indícios do que hoje se pode caracterizar como as origens da Educação Profissional surgem a partir de 1809, com a criação do Colégio das Fábricas pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI (Parecer CNE/CEB nº 16/1999). Nessa direção, ao longo do século XIX, foram criadas várias instituições voltadas ao ensino das primeiras letras e à iniciação em ofícios, cujos destinatários eram as crianças pobres, os órfãos e os abandonados, dentre as quais se destacam os Asilos da Infância dos Meninos Desvalidos.

No Brasil, a Educação Profissional teve uma origem assistencialista, pois buscava atender àqueles que não tinham condições sociais satisfatórias, a fim de que não continuassem a praticar ações contrárias aos bons costumes.

O início do século XX trouxe uma novidade para a Educação Profissional do país, quando houve um esforço público de sua organização, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional. Assim, em 1909, o Presidente Nilo Peçanha criou as Escolas de Aprendizizes Artífices, destinadas “aos pobres e humildes”, e instalou dezenove delas, em 1910, nas várias unidades da Federação. (RAMOS, 2014, p. 25).

A partir da década de 1960, o Território Federal de Rondônia passou a experimentar um processo de colonização, recebendo, de diversas regiões brasileiras, migrantes interessados em desbravar essas terras do Norte, movidos pelo sonho de conseguirem um pedacinho de chão (OLIVEIRA, 2004). Esse recanto do Brasil, Euclides da Cunha, em viagem de expedição no início do Século XX, ousou chamá-lo de “Paraíso Perdido”. Ao descrever a paisagem amazônica e os seus desafios, o escritor, já naqueles tempos, chamou a atenção para a necessidade de integração efetiva desse território às demais partes do país (CUNHA, 2000).

Ovídio de Oliveira (2004) destaca que o governo federal decidiu promover a colonização do Território Federal de Rondônia com o objetivo de sanar as ameaças externas e os conflitos pela posse da terra, adotando o lema ‘integrar para não entregar’. Diante disso, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), autarquia federal criada pelo presidente Emílio G. Médici, por meio do Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de junho de 1970 (BRASIL, 1970), visava legalizar a execução do desenvolvimento regional.

Na esteira desses acontecimentos, o município de Ariquemes, RO, à época chamado Vila Ariquemes, em homenagem à tribo indígena Arikem, recebeu em 1974 a implantação de dois Projetos de Assentamento Dirigido, sob a responsabilidade do Incra, intitulados Marechal Dutra e Burareiro, por meio dos quais foram distribuídos lotes rurais a milhares de colonos, vindos principalmente das Regiões Sul e Sudeste (OLIVEIRA, 2004). A dimensão da saga desse movimento de colonização da região pode ser percebida no trecho abaixo:

Trabalhando em plena selva, o Incra demarcava os lotes abrindo picadas, denominadas linhas, e os colonos eram encaminhados aos seus lotes e, em seguida, os tratores faziam estradas. Esses colonos enfrentavam a mata densa, as doenças endêmicas, principalmente a malária que dizimava centenas de pessoas. A derrubada das árvores vitimava grande quantidade de trabalhadores em constantes acidentes. Apesar de todas as adversidades, muitos venceram, propiciando um processo de transformação, criando uma nova fronteira agrícola no Brasil. (OLIVEIRA, 2004, p. 122).

Somou-se aos esforços para o desenvolvimento da região a chegada em Rondônia da Comissão Executiva do Plano Cacaueiro (Ceplac), no início da década de 1970, que firmou parceria com o Incra para a introdução do cultivo do cacau, como alternativa de exploração para a colonização oficial deste último órgão. Cruz *et al.* (2017) argumentam que a atuação da Ceplac no Estado acompanhou o processo de colonização, no qual a política de desenvolvimento da cultura cacaueira passou a ser uma das opções de estímulo à produção agrícola, visando promover a fixação do homem migrante à terra e trazer novas oportunidades econômicas para a região, por meio da comercialização de suas amêndoas secas, principal matéria-prima para a indústria de chocolate.

Reportagens do Jornal *O Parceleiro*, em circulação à época, destacavam o novo momento econômico da região, como pode ser observado na reportagem baixo (Figura 2), veiculada no final da década de 1970, que traz uma retrospectiva desde o ciclo do seringal, passando pelo surgimento das primeiras residências, até chegar à introdução e à ampliação de novas atividades econômicas:

**Figura 2** – Reportagem sobre o desenvolvimento de Ariquemes

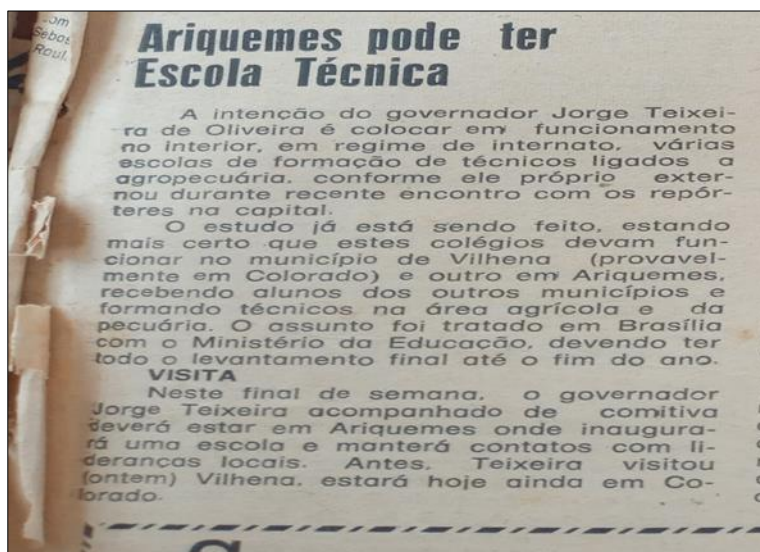
Fonte: Jornal *O Paraleiro* (VILA..., 1979, p. 6).

O texto, intitulado *Vila Ariquemes: da borracha ao cacau*, traz um panorama das fases do atual município de Ariquemes: “Vila Velha 1920”, “Nova Vila Velha 1965”, “Nova Ariquemes 1975” e “Ariquemes 1979”. Este último compreende o período em que a atividade da extração da borracha na região diminuiu, a fim de que se transformasse no ‘paraíso do cacau’.

Ariquemes, com o passar dos anos, foi se transformando em um celeiro e incorporando em seu arranjo produtivo, além do cacau, culturas agropecuárias diversificadas, com destaque para o cultivo de grãos (café, arroz, feijão, milho, soja) e a criação de bovinos. Os estudos de Oliveira (2004) apontam que esse ciclo econômico se iniciou na década de 1970, como resultado da política oficial do governo, promovida pelo Inra.

Esse cenário elevou a necessidade de mão de obra qualificada para atender às demandas do novo modelo produtivo, visando impulsionar o desenvolvimento social e econômico local/regional. Esses aspectos foram evidenciados nas manchetes encontradas no Jornal *O Paraleiro* (1979), já mencionado neste trabalho: *Necessidade de uma política agrícola; Agricultores denunciam falta de assistência técnica*.

A partir do anseio social representado pelas vozes das associações e cooperativas que surgiam, as autoridades locais e do Território Federal de Rondônia (elevado à categoria de Estado em 1981) iniciaram um movimento para a implantação de uma Escola Técnica, a fim de preencher as lacunas da nova conjuntura socioeconômica, conforme pode ser observado na reportagem *Ariquemes pode ter Escola Técnica*, reproduzida abaixo (Figura 3):

**Figura 3** – Reportagem *Ariquemes pode ter Escola Técnica*

Fonte: *O Parceleiro* (ARIQUEMES..., 1979, p. 9).

Destacam-se, na matéria acima, a intenção e a articulação do então governador, Jorge Teixeira, com a solicitação de estudos para a implantação desses estabelecimentos de Educação Profissional em Ariquemes e em outros municípios rondonienses. No entanto, um longo caminho precisaria ser percorrido até que as expectativas se tornassem realidade. Na cronologia dos acontecimentos,

O primeiro passo foi dado com a assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre a Ceplac, Território Federal de Rondônia e Prefeitura Municipal de Ariquemes no ano de 1978. Em 1983-1984 aconteceu a aquisição de 300 hectares no Km 13 da Rodovia RO-01, Município de Ariquemes e, em 1984, a formalização de convênio com o Governo do Estado para a construção da infraestrutura predial. (ALMEIDA; DESTRO, 2011, p. 55).

A ata do referido convênio, arquivada no repositório do Ifro Ariquemes, destaca o objetivo de unir esforços para a implantação da Escola Técnica de Agropecuária no município. Ficou definido que à Ceplac caberia adquirir a área, em local previamente definido, elaborar e apresentar ao Estado o projeto arquitetônico da Escola e da unidade de pesquisa, além de contribuir com a metade dos custos da construção. Pelo acordo, o Estado assumiu a responsabilidade pela iniciativa de todas as fases da construção civil das obras da Escola e também pela contribuição dos outros 50% em recursos financeiros para a execução do projeto (BRASIL, 1984).

Em 1987, surge e começa a ser operacionalizada a Emarc, vinculada e administrada pela Ceplac. Amparada pelo Decreto Presidencial nº 73.960, de 18 de abril de 1974, e autorizada a funcionar pelo Parecer nº 75/CEE/RO/87, do Conselho Estadual de Educação de Rondônia (CEE/RO), a instituição estabeleceu, no Plano Escolar, a finalidade de formar recursos humanos qualificados em técnicas agrícolas, para apoiar o crescimento e o fortalecimento da atividade cacaueteira, bem como da agricultura regional, buscando equacionar gargalos da pesquisa e da experimentação agrícolas, da assistência técnica aos produtores rurais e da educação rural. As imagens a seguir (Figura 4) procuram apresentar a Emarc:



**Figura 4** – Imagens da Emarc em seus primeiros anos de existência



**Fonte:** arquivo institucional da Emarc.

As imagens acima (Figura 4) retratam a recém-construída Emarc, em 1987. Percebe-se a estrutura edificada em uma área aberta no meio da mata, com acesso ainda não pavimentado. Na fotografia à esquerda, aparecem os pavilhões das salas de aula, enquanto na foto à direita é possível visualizar o espaço administrativo da instituição.

Nos documentos do Projeto Escolar que justificam a criação da Emarc, encontram-se os objetivos de proporcionar formação profissional de 2º Grau, visando apoiar o desenvolvimento socioeconômico do meio rural; promover treinamentos e cursos especiais sobre processos produtivos e de aproveitamento dos produtos agropecuários; e fixar o homem no campo, evitando o êxodo rural.

Diante disso, um dos desafios que move esta pesquisa é compreender de que maneira essa instituição de Educação Técnica Profissional se organizou para buscar o cumprimento de seus objetivos propostos e quais caminhos percorreu.

#### **4. Itinerários formativos da Emarc: estrutura, funcionamento e organização curricular**

A Emarc, administrada e mantida pela Ceplac por meio de parcerias, foi projetada para atender até 300 estudantes simultaneamente. A estrutura inicial contava com diversos espaços, destinados ao desenvolvimento de atividades administrativas, de ensino e pesquisa, conforme Quadro 1, abaixo, elaborado a partir das informações constantes dos documentos oficiais da instituição:

**Quadro 1** – Descrição dos espaços escolares da Emarc

2 blocos	6 salas de aula de 59 m <sup>2</sup> cada.
1 bloco	1 cantina; 1 sala para reunião; 1 sala para Diretoria; 1 sala para almoxarifado; 1 sala para Farmácia Veterinária.
1 bloco	1 sala para o administrador escolar; 1 sala de recepção; 1 sala para copa e cantina; 1 sala para Orientação Educacional; 1 sala apoio administrativo-financeiro; 1 sala para almoxarifado da Secretaria; 1 sala de Secretaria; 1 sala para gráfica.
1 bloco	1 cozinha com refeitório; 3 salas para depósito.
1 bloco	1 alojamento masculino, dividido em 6 apartamentos; 1 sala de estudos; 1 sala de recepção; 2 salas para guardar materiais; 1 apartamento para agente escolar; 1 copa, com cozinha e área de serviço.
1 bloco	1 alojamento feminino, dividido em 3 apartamentos.
1 bloco	1 residência para vigilantes.
	1 guarita.
	1 casa de força, com dois grupos geradores de energia elétrica.
	1 galpão de madeira para ferramentas, equipamentos e insumos agropecuários.
Área de Educação Física	1 quadra poliesportiva de 364 m <sup>2</sup> , iluminada e com área coberta; 2 salas para vestiário e depósito de material esportivo.
Transporte e equipamentos	1 ônibus monobloco escolar; 1 micro-ônibus; 1 automóvel Fusca; 1 Fiat Uno furgão; 1 caminhão Mercedes Benz 608-D; 1 trator Valmet, modelo 78.
Estrutura aulas práticas	1 horta com meio hectare plantado; 1 pomar; 1 curral com tronco para inseminação; 1 aviário; 2 pocilgas em madeira; 2 represas; 2 tanques para piscicultura; 1 laboratório instalado; 36 cabeças de gado; 30 cabeças de suíno; 10 cabeças de ovino; pastagem.

**Fonte:** elaborado pelos autores com dados do Projeto Escolar e dos relatórios da Emarc.

O Relatório de Inspeção do CEE/RO de 1991 destaca que a instituição não possuía espaço específico para biblioteca, mas apenas uma sala de aula improvisada, com 1.500 títulos. Esse documento traz ainda outros aspectos importantes, que nos ajudam a compreender a dinâmica escolar: os serviços de cozinha e restaurante eram realizados pela própria mantenedora, a Ceplac. Os blocos prediais dos alojamentos masculino e feminino eram separados, e os(as) próprios(as) alunos(as) ficavam responsáveis pela limpeza da residência estudantil. As fotografias a seguir (Figura 5) apresentam imagens das residências estudantis da Emarc:

**Figura 5** – Imagens das residências estudantis

**Fonte:** arquivo institucional da Emarc.

As imagens acima (Figura 5) mostram as estruturas das residências estudantis masculina (à esquerda) e feminina (à direita). Observam-se construções antigas em alvenaria, separadas entre si e com acesso por estrada não pavimentada, espaços separados “[...] aproximadamente 80 metros dos pavilhões administrativo e salas de aula” (RONDÔNIA, 1991). Destaca-se que o alojamento feminino funcionava com número de alunas bem inferior ao masculino e passou por período de inatividade. Laudo Técnico da Delegacia Regional de Ensino estadual (PORTO VELHO, 1996) aponta que, no ano de 1996, não houve alunas residentes na Emarc.

A escola iniciou oficialmente suas atividades letivas em 13 de abril de 1987, com o curso técnico de 2º grau em Agropecuária, no qual se matricularam aproximadamente 60 alunos(as), na faixa etária de 13 a 24 anos, divididos(as) em duas turmas e oriundos(as) de diversos municípios rondonienses: Ariquemes, Cacoal, Cerejeiras, Guajará-mirim, Jaru, Ouro Preto, Pimenta Bueno, Porto Velho e Rolim de Moura (RONDÔNIA, 1991).

O curso era destinado aos(à) candidatos(as) portadores(as) de histórico de conclusão do Ensino Fundamental. No Artigo 82 do Regimento Escolar (EMARC, 1998) encontram-se os critérios de ingresso dos estudantes: “I - preferencialmente residir na área rural e/ou filho de agricultor; II - obter classificação no teste de seleção que envolvem conteúdos pertinentes ao Ensino Fundamental; III - ser aprovado em teste de aptidão vocacional elaborado e analisado por um psicólogo”.

Por se tratar de uma instituição mantida por órgão do governo federal (Ceplac) ligado ao Ministério da Agricultura, a Emarc não efetuava cobrança de mensalidades, mas sim de uma taxa anual de matrícula, ocasião em que o estudante também fazia a opção pelo regime de permanência na instituição: internato ou semi-internato.

**Figura 6** – Taxa anual de matrícula na Emarc – 1987

DEPARTAMENTO ESPECIAL DA AMAZÔNIA  
ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC  
- EMARC-RO -

TAXA DE MATRÍCULA

Recebemos de \_\_\_\_\_  
a importância de Cz\$ 232,00 ( Duzentos e trinta e dois  
cruzeiros).....), referente à Taxa de Matrícula re  
lativa ao 1º (primeiro) Semestre/87.

O regime optado foi o de: ( X ) Internato  
( ) Semi-internato

Ariquemes (RO), 06 de março de 1987.  
Local e Data

Assinatura do Responsável  
Sr. Sônia Toledo  
MATRÍCULA 02459-1 CBKA nº 8720  
Rua do Município - Fone nº 484/AC-RO

**Fonte:** arquivo institucional da Emarc.

A imagem acima (Figura 6) procura destacar os valores recebidos de cada aluno(a) pela instituição em 1987. Verifica-se, pelo comprovante de matrícula, que, no primeiro ano de existência da Emarc, a taxa anual era de Cz\$ 232 (duzentos e trinta e dois cruzeiros, moeda da época). No caso do estudante acima,<sup>3</sup> a opção foi pelo regime de internato, seguida pela assinatura de seu responsável, possivelmente por se tratar de um menor de 18 anos.

Entre os documentos encontrados nas fichas individuais dos estudantes estava a relação do *Enxoval dos Alunos da Emarc – RO*. Consta da lista que os(as) alunos(as) deveriam se responsabilizar pela aquisição de diversos itens, como uniforme completo (roupas e calçados); utensílios de cama, mesa e banho (lençóis e cobertores, pratos e colheres, sabonetes, toalhas, entre outros itens de higiene pessoal); materiais didáticos (caderno, lápis, canetas, etc.); e até mesmo a exigência de algumas ferramentas para o desenvolvimento de aulas de campo (enxada, foice e facão), o que remete aos estudos sobre a cultura escolar (MOGARRO, 2012).

A Emarc direcionava sua atuação a dois níveis básicos: a) o centro profissionalizante de nível médio e b) os cursos especiais, abertos à comunidade e não necessariamente ligados ao nível de escolaridade. Vale destacar que o curso técnico de nível médio em Agropecuária foi pioneiro e inaugurou a área profissionalizante da instituição.

Nesse âmbito de habilitação, foi o único curso ofertado de 1987 a 1998. Ao longo da sua história, o currículo do curso passou por algumas adaptações, em atendimento às legislações da Educação Profissional e às demandas do mercado. A Figura 7, abaixo, reproduz a matriz curricular de disciplinas do curso técnico de nível médio em Agropecuária ofertadas nos primeiros seis anos de existência da Emarc:

<sup>3</sup> Em atendimento aos preceitos éticos, optou-se por utilizar uma tarja amarela sobre o nome do estudante, para garantir seu anonimato.

**Figura 7** – Relação de disciplinas do curso de técnico em Agropecuária da Emarc (1987-1992)

DISCIPLINAS E CARGA HORÁRIA		TOTAL DE HORAS
CURSO: TÉCNICO EM AGROPECUÁRIA		
<b>EDUCAÇÃO GERAL</b>		
Português	270	
Literatura Brasileira	120	
Língua Estrangeira/Inglês	60	
Educação Artística	60	
Educação Física	270	
Geografia	60	
História	60	
O.S.P.B.	30	
Educação Moral e Cívica	30	
Matemática	180	
Física	90	
Química	90	
Biologia	90	
Ensino Religioso	30	
Programa de Saúde	30	
<b>TOTAL DE EDUCAÇÃO GERAL</b>	<b>1.470</b>	
<b>FORMAÇÃO ESPECIAL</b>		
Estudos Regionais	60	
Orientação Educacional	30	
Sociologia e Comunicação Rural	60	
Estatística Básica	60	
Desenho	60	
Silvicultura e Recursos Naturais	90	
Solos e Adubação	90	
Culturas I/Culturas II	300	
Defesa Fitossanitária	60	
Olericultura	60	
Climatologia Agrícola	60	
Zootecnia Geral	90	
Criações I/Criações II	180	
Defesa Sanitária Animal	60	
Topografia	120	
Mecânica de Máquinas e Mecaniz. Agrícola	90	
Construções e Instalações Rurais	90	
Irrigação e Drenagem	90	
Planejamento Agropecuário	120	
<b>TOTAL DE FORMAÇÃO ESPECIAL</b>	<b>1.770</b>	
<b>ESTÁGIO SUPERVISIONADO</b>	<b>400</b>	
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.640</b>	

Fonte: Emarc (1987).

O referido curso tinha duração de três anos, com a matrícula do(a) estudante em regime seriado integrado e no mínimo 180 dias de trabalho escolar, excluído o tempo reservado às provas finais, com carga horária total de 3.640 horas. Conforme se pode observar na imagem acima (Figura 7), na primeira versão curricular (1987 a 1992), as disciplinas estavam distribuídas em dois núcleos: Educação Geral (1.470 horas), com matérias básicas do antigo 2º grau (atual Ensino Médio), e Formação Especial (1770 horas), com disciplinas técnicas, além do Estágio Supervisionado (400 horas). Vinão (2008) chama a atenção para o conjunto de normas que definem os saberes e o conjunto de práticas que permitem a transmissão e a assimilação de tais saberes.

As reflexões de Ramos (2014) sinalizam que a Reforma do Ensino Médio nas instituições de ensino trouxe algumas mudanças de ordem estrutural e conceitual; no primeiro caso, as formulações estiveram em sintonia com as orientações das agências internacionais, tendo como espinha dorsal a separação entre Ensino Médio e Educação Profissional, tanto nas matrículas quanto nas instituições, inclusive com escolas próprias para cada uma das modalidades.

Em 1993, o currículo passou por alguns ajustes de nomenclatura, com a exclusão, inclusão e fusão de disciplinas. O termo Educação Geral foi substituído por Núcleo Comum, e houve a diminuição de 15 para 12 disciplinas. Saíram da matriz curricular: Educação Moral e Cívica; Ensino Religioso e Organização Social e Política do Brasil (OSP). Já a Formação Especial, que passou a se chamar Parte Diversificada, foi alterada de 19 para 12 disciplinas. Em relação ao currículo anterior, foram excluídos os componentes Sociologia e Comunicação Rural, Estatística Básica, Silvicultura e Recursos Naturais, Solos e Adubação, além da aglutinação de Desenho e Topografia em uma única disciplina. Na nova configuração, o componente Estudos Regionais foi alterado para História e Geografia de Rondônia, e a matéria Orientação Educacional cedeu espaço para Psicologia das Relações Humanas. Além disso, houve o acréscimo da disciplina Administração e Economia Rural, inexistente no quadro elaborado em 1987 (EMARC, 1993).

A justificativa para as mudanças promovidas, presente em relatório escolar, afirma que não haveria prejuízo aos(as) alunos(as), considerando-se que os conteúdos das disciplinas retiradas da matriz curricular seriam trabalhados dentro de outros componentes curriculares. Com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional em 1996 (BRASIL, 1996), visando atender à nova realidade do mercado do agronegócio, o currículo voltou a passar por alguns ajustes já em 1997: os 180 dias letivos anuais passaram para 200; a carga horária total subiu para 5.120 horas; e novas disciplinas foram incorporadas ao currículo do curso técnico de nível médio em Agropecuária, como Introdução Tecnológica Agrícola; Cooperativismo; Agroindústria e Extensão Rural.

Relatórios e imagens do arquivo institucional mostram que a Emarc, ao longo de sua trajetória, contribuiu com a formação de seus estudantes por meio de atividades teóricas e práticas, no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão. Também estiveram presentes no rol de ações educativas apresentações culturais de teatro, música e esportes.

**Figura 8** – Imagens da horta/viveiro e bezerreiro



**Fonte:** arquivo institucional da Emarc.

A imagem acima (Figura 6) procura destacar os espaços de atividades práticas de agricultura e pecuária. À esquerda, há um viveiro de mudas de plantas, com diversas espécies, local dividido com a horta escolar, que, além de servir a ações educativas, contribuiu para enriquecer a alimentação escolar. A foto à direita mostra uma estudante<sup>4</sup> participando do cuidado animal.

Certificados e declarações encontrados nos registros individuais dos(as) educandos(as) confirmam a participação em campanhas de defesa agropecuária capitaneadas por órgãos da área, como, por exemplo, a vacinação de animais. Eram frequentes as visitas técnicas a fazendas agrícolas e instituições do agronegócio, bem como a participação em palestras e eventos internos e externos, o que remete aos estudos sobre o currículo escolar. Araújo (1995) frisa que, além do detalhamento dos conteúdos, das relações sociais e do mundo do trabalho, é possível constatar que a vida do currículo, sentida pelo aluno em meio às relações sociais de trabalho, depende não só dos conteúdos e das estratégias de ensino mas sobretudo das relações sociais da escola.

<sup>4</sup> Em atendimento aos preceitos éticos, optou-se por cobrir o rosto da educanda, para manter seu anonimato.

## 5. Rumo ao futuro: da Emarc ao Ifro, *Campus Ariquemes*

Uma série de labirintos foram percorridos pela Emarc na tentativa de obter autorização de funcionamento, além do reconhecimento institucional e do curso de Agropecuária junto ao Conselho de Educação responsável. Essa peregrinação restou demonstrada em diversos documentos oficiais. Nesse viés, as reflexões de Renk (2009) destacam que os tempos escolares podem ser compreendidos como construção social, implicando determinadas vivências ou experiências temporais, vividas também pela gestão e administração do educandário. Portanto, é possível concluir que a vida escolar, entendida como um espaço de culturas e tempos escolares, é marcada por significações simbólicas condizentes com os diferentes atores sociais, com sensações, emoções e significados diferenciados (RENK, 2009).

Decorrido o prazo de vigência do primeiro Parecer (075/CEE/RO/87), no ano de 1991, a gestão da Emarc entrou com o pedido de reconhecimento da escola; no entanto, por meio do Parecer nº 180/CEE/91 (RONDÔNIA, 1991), o CEE/RO, órgão responsável por avaliar as instituições de ensino, autorizou apenas o funcionamento provisório, até 31 de dezembro de 1992.

Ao negar o reconhecimento definitivo, o referido documento elenca as seguintes irregularidades: carência de professores habilitados para o nível de ensino oferecido; ausência de profissional habilitado em Orientação Educacional; necessidade de reparos nas instalações elétricas e hidráulicas; e falhas na organização do arquivo escolar. O CEE/RO observou a existência de professores ministrando aulas em algumas áreas sem a formação específica e até mesmo servidores técnicos de nível médio atuando na docência. Em vista disso, recomendou a contratação de professores habilitados ou a promoção de capacitação para os profissionais da instituição.

A Emarc não conseguiu sanar todas as irregularidades apontadas pelo CEE/RO até 31 de dezembro de 1992; dessa forma, não foi possível obter a renovação da autorização de funcionamento da instituição. Assim, a Emarc ficou impedida de aceitar o ingresso de novos alunos até sanar as irregularidades, o que só veio a ocorrer em 1995.

De acordo com o Ofício 095/0100/95 (BRASIL, 1995), encaminhado ao CEE/RO pelo Superintendente Regional da Ceplac, mantenedora da Emarc, Sr. Raymundo Mello Junior, no qual se solicitava a regularização do estabelecimento de ensino, o período de suspensão teve como consequência grande evasão de alunos(as), devido ao receio de não terem seus estudos reconhecidos.

O referido documento revela um equívoco no planejamento estratégico da instituição, em particular na montagem do quadro de pessoal. Quando da implantação da Emarc, por medida de racionalização de recursos, a Ceplac, órgão administrador, pleiteou apenas a contratação do contingente necessário para o atendimento da primeira série do curso técnico de nível médio em Agropecuária, programando para os anos seguintes a admissão dos demais servidores, conforme as necessidades do curso. Entretanto, a instituição foi surpreendida com quedas nos repasses financeiros e também por resolução do governo federal proibindo a contratação de servidores públicos federais, o que dificultou o atendimento das necessidades surgidas com a evolução do curso.

Em 1995, o CEE/RO, por meio dos pareceres nº 31/CEE/RO/95 e nº 021/CEE/RO/95, voltou a conceder autorização de funcionamento à Escola Técnica de Agropecuária de Ariquemes, após o envio de documentos comprobatórios de ações para superar as lacunas acima mencionadas. Citados no referido documento, a assinatura e o andamento de dois termos de cooperação foram fundamentais para o parecer favorável: o convênio com o governo estadual para a cedência de professores habilitados para complementar o quadro (Ofício 063/95) e o convênio com a Unir (Ata 068/95) para a oferta de capacitação pedagógica aos profissionais da área técnica. Neste mesmo ato do

Conselho, convalidaram-se os estudos dos anos anteriores e possibilitou-se à Emarc a abertura de processos seletivos para novas turmas.

Dados estatísticos confirmam que os obstáculos enfrentados pela Emarc limitaram as demandas previstas, considerando-se que, embora projetada para atender 300 alunos simultaneamente, até o ano de 1995, a instituição atingiu no máximo 160. Apesar dos inúmeros percalços narrados, a escola não se envolveu no ‘clima de terra arrasada’ e seguiu sua trajetória, desenvolvendo suas ações com transpiração e inspiração.

No fim da década de 1990, a demanda por formação técnica, aquecida em razão da chegada de indústrias e empresas do ramo alimentício, motivou a Emarc a abrir nova janela de oportunidades, com a implantação de mais um curso de nível médio: Técnico em Alimentos. A Figura 9, abaixo, mostra uma linha do tempo que nos ajuda a entender a trajetória e a evolução da instituição:

**Figura 9** – Quadro estatístico: cursos, sistemas de oferta e total de formandos da Emarc (1989-2010)

Ano de formatura	Sistema Seriado Integrado		Sistema Modular		Total de formandos
	Técnico em Agropecuária	Técnico em Alimentos	Técnico em Agropecuária	Técnico em Agroindústria	
1989	35	-	-	-	35
1990	22	-	-	-	22
1991	16	-	-	-	16
1992	13	-	-	-	13
1993	37	-	-	-	37
1994	27	-	-	-	27
1995	24	-	-	-	24
1996	04	-	-	-	04
1997	16	-	-	-	16
1998	48	-	-	-	48
1999	43	-	-	-	43
2000	57	-	-	-	57
2001	57	23	-	-	80
2002	31	25	-	09	65
2003	-	-	20	15	35
2004	-	-	-	12	12
2005	-	-	74	17	91
2006	-	-	33	-	33
2007	-	-	56	14	70
2008	-	-	38	10	48
2009	-	-	54	16	70
2010	-	-	53	-	53
Total	430	48	328	93	899

Fonte: Almeida e Destro (2011).

Dos 60 alunos do curso técnico de nível médio em Agropecuária matriculados em 1987 (ano de criação do curso), divididos em duas turmas, 35 concluíram os estudos em 1989. Ao longo dos anos, seguiu como o único curso profissionalizante de nível médio ofertado pela instituição, até ganhar a companhia do curso técnico em Alimentos, no mesmo formato, seriado integrado, implantado em 1999. Verifica-se, na Figura 9, que este curso funcionou apenas até 2002, quando foi substituído pelo curso técnico em Agroindústria. Ao longo de sua história de mais de duas décadas (de 1987 a 2009), a Emarc formou 899 técnicos de nível médio, além de capacitar a comunidade em minicursos, oficinas, entre outras ações extensionistas.

Os documentos revelam que a mais profunda mudança curricular da Emarc ocorreu em 2001. Saiu de campo o formato seriado integrado para dar entrada à modalidade modular. De acordo com o novo Plano Escolar (EMARC, 2001), essa mudança se amparou no Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que assim estabeleceu:



A educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou sequencial a este. (BRASIL, 1997, art. 5º).

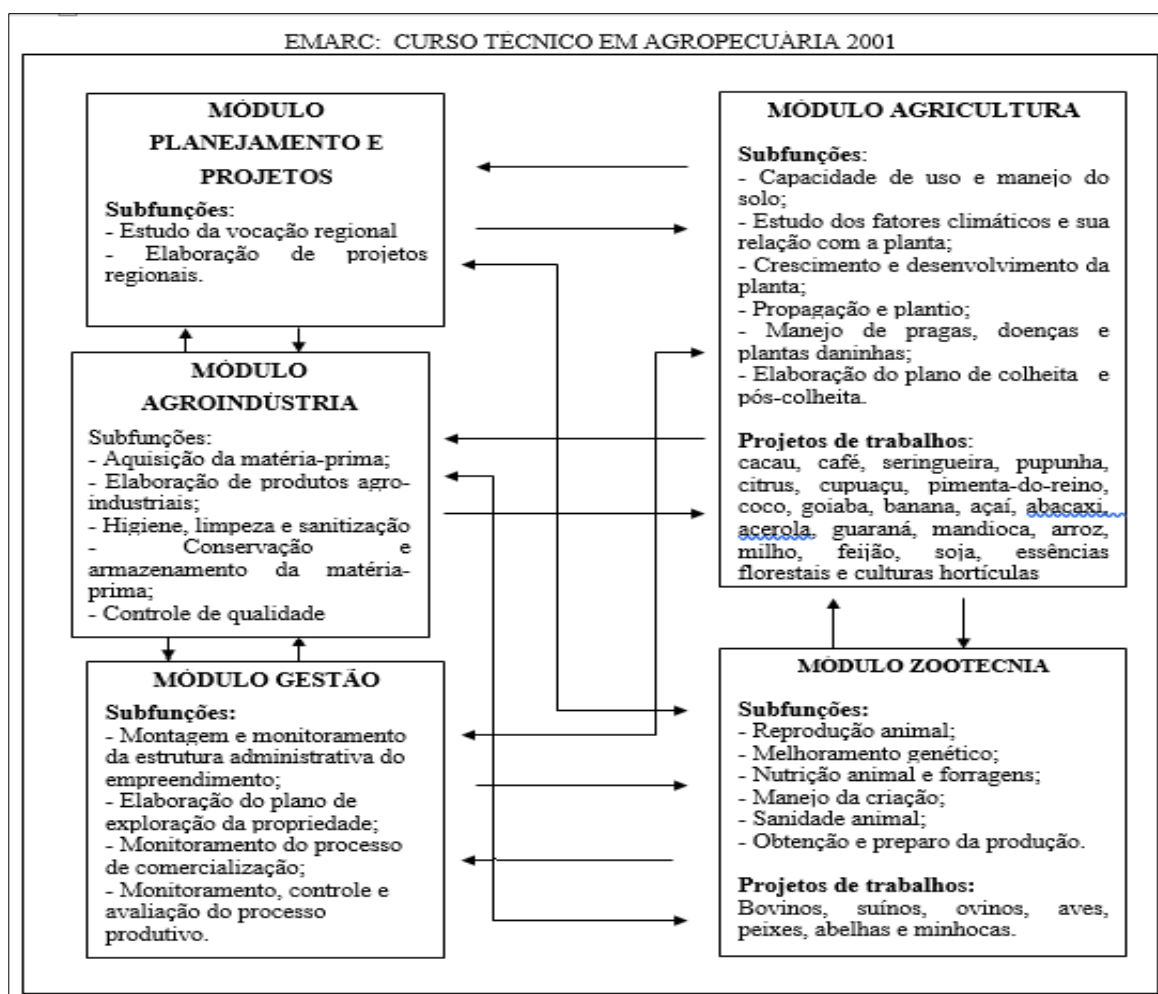
[...] destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este decreto. (BRASIL, 1997, art. 3º, inciso II).

Dessa forma, a clientela dos cursos técnicos regulares da Emarc passou a ser formada por: a) alunos egressos do Ensino Médio de outras instituições e b) alunos das redes pública e privada matriculados no Ensino Médio, com concomitância externa, desde que não houvesse conflito de horários. Essa nova modalidade aliviou problemas estruturais, especialmente no que diz respeito à falta de professores para disciplinas do currículo comum, passando a instituição a focar exclusivamente na formação técnica.

No entanto, como se percebe nos estudos de autores como Moreira e Candau (2007) e Moll (2012), há preocupação com formatos que fragmentam o currículo e acarretam prejuízos à formação plena dos educandos, uma vez que a formação técnica deixa de estar articulada à educação geral.

Com as mudanças, o tradicional curso técnico de nível médio em Agropecuária ficou configurado em cinco módulos: a) Planejamento e Projetos; b) Módulo Agricultura; c) Módulo Agroindústria; d) Módulo Gestão; e e) Módulo Zootecnia.

**Figura 10** – Matriz curricular do sistema modular do curso Técnico em Agropecuária



Fonte: Emarc (2001).

Esse formato modular perdurou de 2001 até 2010, quando houve a certificação de conclusão da última turma da instituição. Em 2010, amparada pelo Decreto-Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que reorganizou a Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e transformou Escolas Técnicas e Agrotécnicas em Institutos Federais, a Emarc transferiu sua estrutura física e patrimonial ao Ifro Ariquemes, virando assim uma página importante de sua história e iniciando um novo capítulo.

## Considerações Finais

Na tentativa de se poderem ampliar os estudos sobre a História da Educação Profissional rondoniense, essa pesquisa qualitativa procurou se debruçar nos acervos e nas fontes escolares da Emarc e do Instituto Federal de Rondônia, privilegiando as análises dos documentos relativos à Memória do educandário e a integração dos componentes curriculares do curso técnico de nível médio em Agropecuária.

Os arquivos escolares abrigam uma infinidade de documentos produzidos ao longo da trajetória das instituições, mantendo vivas as chamadas de suas memórias e histórias. Essa perspectiva joga luz sobre os aspectos que permeiam o cotidiano escolar e as práticas educativas. A partir da pesquisa historiográfica, subsidiada por fontes documentais oficiais do *Dossiê Escolar* e também por livros e jornais em circulação à época, tornou-se possível conhecer aspectos importantes do contexto do surgimento da Emarc, seus objetivos, bem como a dinâmica de sua estrutura, do seu funcionamento e da sua organização curricular, além dos desafios que enfrentou pelo caminho.

O acervo em questão expressa a organização e a estruturação física e educacional da Emarc, que é importante para conhecer a história da Educação Profissional na Região Norte. Nesse sentido, as reflexões de Ranzi e Gonçalves (2012) sinalizam que a escola produz em seu cotidiano diversos tipos de documentos e registros, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, passando também o âmbito pedagógico.

Em pouco mais de duas décadas de existência (de 1987 a 2009), a ‘locomotiva’ Emarc percorreu os trilhos da história carregando em seus vagões a Educação Profissional Técnica de nível médio e contribuindo para o desenvolvimento de Ariquemes e região. Em seu percurso, passou por sucessivas transformações, para atender às legislações e às demandas de mercado e empregabilidade. Em uma via de mão dupla, influenciou e ao mesmo tempo sofreu o impacto das evoluções socioeconômicas e culturais, que a levaram à abertura de novos horizontes e possibilidades educativas, favorecendo o arranjo produtivo agrícola.

Podemos dizer que o curso técnico de nível médio em Agropecuária se constitui em um patrimônio institucional e, portanto, confunde-se com a própria história da Emarc. Presente desde a sua inauguração, em 1987, o referido curso atravessou e sobreviveu a diversas turbulências e também às necessárias reformulações curriculares, mas sem perder a essência representativa de uma instituição vocacionada ao agronegócio.

Ao transformar-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia em 2010, com o início das atividades, a instituição seguiu com sua missão de promover educação de excelência, renovando seus processos formativos, ampliando as oportunidades e contribuindo com o desenvolvimento e o bem-estar social por meio do ensino, da pesquisa e da extensão.

Nessa acepção, quem sabe, ainda ecoam nos territórios da História da Educação Profissional da Amazônia Ocidental as palavras de Euclides da Cunha (2000, p. 19): “[...] visando ao futuro, mas sem ignorar e preservar o passado, é lição permanente [...]; nenhum povo, em consequência, pode ater-se apenas ao presente para realizar-se, crescer, multiplicar-se [...]”.

## Referências

ALMEIDA, Caio Márcio Vasconcellos Cordeiro de; DESTRO, Wagner. *Contribuições da Ceplac para o processo de colonização de Rondônia: 40 anos de história e prospectiva*. Porto Velho: Ceplac/Suero, 2011.

ARAÚJO, Almério Melquíades. *A reformulação curricular nas escolas técnicas do Ceetps: uma experiência inovadora*. 1995. 140 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1995. Disponível em: <https://bit.ly/37xChQ1>. Acesso em: 20 mar. 2021.

ARIQUEMES pode ter escola técnica. *O Paraleiro*, Ariquemes, p. 9, 2 jun. 1979.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto, 1994.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970. Cria o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - Incra, extingue o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, o Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário e o Grupo Executivo da Reforma Agrária e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, Seção 1, p. 5113, 10 jul. 1970. Disponível em: <https://bit.ly/3vrcxRU>. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. Decreto-lei nº 73.960, de 18 de abril de 1974. Assegura autonomia administrativa e financeira à Ceplac e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, Seção 1, p. 4445, 14 abr. 1974. Disponível em: <https://bit.ly/3uSB2rW>. Acesso em: 9 out. 2021.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Ata Convênio Ceplac e Governo de Rondônia*. Dispõe sobre a implantação da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes – EMARC. Brasília, 1984. Mimeo.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira. *Ofício 095/0100/95/*. Dispõe sobre os esclarecimentos da Emarc ao Conselho Estadual de Educação em relação às dificuldades e providências no funcionamento Escolar. Brasília: Ceplac, 1995. Mimeo.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Brasília: Senado Federal, 2003.

BRASIL. Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997. Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 1997. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, Seção 1, p. 7760, 18 abr. 1997. Disponível em: <https://bit.ly/3rBHiSS>. Acesso em: 13 out. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. Parecer nº 16, de 5 de outubro de 1999: Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional de Nível Técnico. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, 26 nov. 1999. Disponível em: <https://bit.ly/3MfmAAd>. Acesso em: 15 out. 2021.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*: Brasília, DF, Seção 1, p. 1, 20 dez. 2008. Disponível em: <https://bit.ly/3JzpE8u>. Acesso em: 20 mar. 2022.

BURKE, Peter, *O que é História Cultural?* Tradução de Sergio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora. 2005.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Escola de Agropecuária de Ariquemes. *Ofício 063/95*. Dispõe sobre a cooperação junto ao Governo Estadual para a cedência e ou contratação de professores habilitados para atuarem na Emarc. Ariquemes, 1995a. Mimeo.

COMISSÃO EXECUTIVA DO PLANO DA LAVOURA CACAUEIRA. Superintendência Regional. *Ata 068/95*. Convênio da Parceria com a Universidade Federal de Rondônia Unir visando a capacitação de profissionais da Emarc para o desenvolvimento de atividades educacionais. Ariquemes, 1995b. Mimeo.

CRUZ, Marciana Oliviera da *et al.* Ceplac em Rondônia: efeito *path dependence* e a política de desenvolvimento regional da cacauicultura rondoniense. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO AMBIENTAL, 8. 2017, Campo Grande. *Anais [...]*. Bauru: Ibeas, 2017. p. 1-6. Disponível em: <https://bit.ly/3rixT2p>. Acesso em: 20 mar. 2022.

CUNHA, Euclides da. *Um Paraíso Perdido*: reunião de ensaios amazônicos. Brasília: Senado Federal, 2000.

ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC/RO. *Matriz curricular Curricular do Curso de Agropecuária*. Ariquemes, 1987. Mimeo.

ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC/RO. *Matriz curricular Curricular do Curso de Agropecuária*. Ariquemes, 1993. Mimeo.

ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC/RO. *Regimento Interno Escolar Emarc/RO*. Ariquemes, 1998. Mimeo.

ESCOLA MÉDIA DE AGROPECUÁRIA REGIONAL DA CEPLAC/RO. *Plano Escolar do Curso de Agropecuária*. Ariquemes, 2001. Mimeo.

FARGE, Arlette. *O sabor do Arquivo*. Tradução de Fátima Murad. São Paulo: EdUSP, 2009.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação: a construção da memória educativa. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, v. 5, n. 2, p. 75-99, 2012. Disponível em: <https://bit.ly/3jsmiJZ>. Acesso em: 21 out. 2021.

MOLL, Jaqueline. A agenda da educação integral: compromissos para sua consolidação como política pública. In: MOLL, Jaqueline *et al.* (org.). *Caminhos da educação integral no Brasil*: direito a outros tempos e espaços educativos. Porto Alegre: Penso, 2012. p. 129 - 146.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. *Indagações sobre o currículo: currículo, conhecimento e cultura*. Brasília: MEC, 2007.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio. *História, desenvolvimento e colonização do Estado de Rondônia*. 5. ed. Porto Velho: 2004.

PACHECO, Eliezer; PEREIRA, Luiz Augusto; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. Educação Profissional e Tecnológica: das Escolas de aprendizes artífices aos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. *T&C Amazônia*, [S. l.], ano VII, n. 16, p. 1-7, fev. 2009. Disponível em: <https://bit.ly/37AFL8A>. Acesso em: 20 mar. 2022.

PORTO VELHO. Delegacia Regional de Ensino. *Laudo Técnico de inspeção. DRE/ARQ n° 014*. Porto Velho, 1996. Mimeo.

RAMOS, Marise Nogueira. *História e política da educação profissional*. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014.

RANZI, Serlei Maria Fischer; GONÇALVES, Nádia Gaiofatto. As fontes da escola e a pesquisa em história da educação: contribuições do acervo do Colégio Estadual do Paraná para o campo das disciplinas escolares. *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v.10, n.37, p.29-44, 2012. DOI: <https://doi.org/10.20396/rho.v10i37.8639663>

RENK, Valquiria Elita. *“Aprendi falar português na escola!”: o processo de nacionalização das escolas étnicas polonesas e ucranianas no Paraná*. 2009. 243 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009. Disponível em: <https://bit.ly/3uxp5rO>. Acesso em: 23 ago. 2021.

RONDÔNIA. Conselho Estadual de Educação. *Parecer n° 75/CEE/RO/87*. Dispõe sobre a autorização de funcionamento da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes – Emarc. Ariquemes: CEE/RO, 1987.

RONDÔNIA. Conselho Estadual de Educação. *Parecer n° 180/CEE/91*. Dispõe sobre a autorização de funcionamento da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes – Emarc. Ariquemes: CEE/RO, 1991.

RONDÔNIA. Conselho Estadual de Educação. *Parecer n° 31/CEE/RO/95*. Dispõe sobre a autorização de funcionamento da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes – EMARC. Ariquemes: CEE/RO, 1995.

RONDÔNIA. Conselho Estadual de Educação. *Parecer n° 021/CEE/RO/95*. Dispõe sobre a negativa de reconhecimento permanente e concede a autorização de funcionamento da Escola Média de Agropecuária de Ariquemes – EMARC por dois (02) anos e dá outras providências. Ariquemes: CEE/RO, 1995.

VILA ARIQUEMES: da borracha ao cacau. *O Parceleiro*, Ariquemes, p. 6, 2 jun. 1979.

VIÑAO, Antonio. A História das disciplinas escolares. *Revista Brasileira de História da Educação*, Maringá, n. 18, p. 174-216, 2008. Disponível em: <https://bit.ly/38InF5c>. Acesso em: 20 mar. 2021.